

# Dr. Alfredo de Souza Coutinho: o advogado e o intelectual entre 1926 a 1931

## Dr. Alfredo de Souza Coutinho: the lawyer and the intellectual between 1926 and 1931

**Resumo:** Este artigo é resultado de uma pesquisa, cujo objeto de estudo é o Dr. Alfredo de Souza Coutinho, homem público, advogado e político que viveu em Montes Claros (MG), entre 1924 e 1950. A pesquisa está embasada, teoricamente, na História Social e na Nova História Política, com base nos trabalhos de René Rémond, Serge Berstein, Philippe Levillain e Antoine Prost e, metodologicamente, na Análise do Discurso, pensada sob a perspectiva de Eni Orland e Michel Foucault e da História e Memórias de Jaques Le Goff. As fontes utilizadas são Atas da Câmara Municipal de Montes Claros (1928-1931), jornais (1925-1931) e livros/memórias de diversos autores da cidade de Montes Claros. Pensar Dr. Alfredo de Souza Coutinho, em um trabalho contextualizado, possibilitou o conhecimento da História Local, numa abordagem político-social, entendendo-a como parte da nossa História, juntamente com seus intelectuais e com o desenvolvimento local

**Palavras-chave:** Dr. Alfredo de Souza Coutinho. História. Memória. História Política. Desenvolvimento.

**Abstract:** This paper is the result of our research, whose object of study was Dr. Alfredo de Souza Coutinho, public man, lawyer and politician who lived in Montes Claros (MG), between 1924 and 1950. The research is theoretically based on Social History and New Political History, based on the works of René Rémond, Serge Berstein, Philippe Levillain and Antoine Prost and, methodologically on Discourse Analysis from the perspective of Eni Orland and Michel Foucault and the History and Memories of Jaques Le Goff. The sources are the Minutes of Montes Claros' City Council (1928-1931), newspapers (1925-1931) and books/memoirs of several authors from the city of Montes Claros. To think about Dr. Alfredo de Souza Coutinho in a contextualized work, enabled the knowledge of Local History in a political-social approach, understanding it as part of our History together with our intellectuals and local development.

**Keywords:** Dr. Alfredo de Souza Coutinho. History. Memory. Political History. Development.

### 1 Introdução

Apresentar Dr. Alfredo de Souza Coutinho como advogado, intelectual, homem público, professor e prefeito de Montes Claros (MG), de 1928 a 1931 é, no mínimo, trazer para a história parte de um passado ainda pouco analisado historicamente e lançar luz para

#### Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento

Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Minas Gerais, Brasil.

 [orcid.org/0000-0001-6107-9988](https://orcid.org/0000-0001-6107-9988)

 [mfatima.glnascimento@gmail.com](mailto:mfatima.glnascimento@gmail.com)

#### Rejane Meireles Amaral Rodrigues

Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Minas Gerais, Brasil.

 [orcid.org/0000-0002-3387-5677](https://orcid.org/0000-0002-3387-5677)

 [rejane.rodrigues@unimontes.br](mailto:rejane.rodrigues@unimontes.br)

Recebido em 02/10/2018

Aceito em 10/01/2019

Publicado em 10/02/2019

eISSN 2594-4002



aqueles que, assim como nós, também se interessam por atores sociais que ficaram apenas nas memórias de algumas pessoas, como cidadãos que prestaram relativos serviços à uma determinada comunidade. Dr. Alfredo de Souza Coutinho tornou-se objeto de análise justamente por se apresentar como esse ator. E por ser, na história local, um sujeito basicamente desconhecido, que fez parte do passado da cidade, sem deixar uma memória coletiva reverenciada e representada social e historicamente, memória essa que podemos resumir, como nos afirma Le Goff (2003), como algo que não são apenas conquistas, mas “também um instrumento e um objeto de poder” (p. 470).

De forma concreta, a história desse cidadão ficou marcada em uma das avenidas mais movimentadas da cidade de Montes Claros. Localizada na chamada Praça de Esportes, a Avenida Alfredo Coutinho dá acesso ao centro comercial, conhecido por muitos como sendo parte antiga da “velha” Montes Claros. Além dessa avenida, há também a Escola Municipal Alfredo Coutinho, localizada no bairro Camilo Prates. Esses registros são reconhecimentos de poder que, por certo, não configuram no cotidiano dos montes-clarenses, nem foram ainda analisados pela historiografia, o que permitiria conhecermos o que sabem ou pensam acerca do Dr. Alfredo de Souza Coutinho e do trabalho dele como advogado, intelectual e político.

Embora essa memória não tenha sido cristalizada pelos seus feitos, chegou até nós por uma das guardiãs de nossas memórias, a professora Milene Antonieta Coutinho Maurício. Por meio de seus escritos, atas e jornais, passamos a fazer uma análise da vida, do contexto político-social e das ações de Dr. Alfredo. Nesse sentido, a filha dele atuou como uma “zeladora” das memórias do pai, pois ela organizou, a partir de documentos, um álbum pessoal com fotos, textos datilografados por ela mesma e recortes de jornais de vários períodos sobre seu pai. Ao tomar essa iniciativa, ela organizou um acervo documental que foi analisado por nós como fonte para o projeto “Dr. Alfredo de Souza Coutinho: o jurista e o cidadão”, que nos ajudou a pensar sobre Dr. Alfredo, o advogado e o intelectual, entre 1926 a 1931.

Essa prática nós entendemos como sendo um elo entre o passado e o presente que, independente dos objetivos da autora, proporcionou à História avançar no conhecimento e entendimento de oitenta e oito anos do fim da história política e intelectual de Dr. Alfredo de Souza Coutinho, bem como dos processos históricos ali retratados.

## 2 A vida de Dr. Alfredo

Advogado de formação, pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, concluiu seu curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais no ano de 1922. Embora já fosse funcionário público da Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais desde o curso ginásial — atualmente correspondente do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental — abandonou a carreira pública, assim que concluiu o curso superior (COUTINHO, 1996).

Em junho de 1922, foi para Fortaleza de Minas — atual Pedra Azul — para advogar. No mesmo ano, foi nomeado como Promotor de Justiça da Comarca do Rio Pardo de Minas e lá permaneceu até tomar posse do cargo de Juiz Municipal de Montes Claros, em abril de 1924 (VIANNA, 2007). Entretanto, apesar do cargo de Juiz trazer *status* para um advogado, Dr. Alfredo de Souza Coutinho pediu exoneração, em fevereiro de 1925, para se tornar um advogado criminalista, conforme documentou o Jornal Gazeta do Norte, em sua edição de 21 fev. 1925. A partir de então, passou a fazer parte da lista de advogados de Montes Claros, e ainda, conforme o referido jornal, seu nome foi citado como advogado, pela primeira vez, em fevereiro de 1925, em audiência em uma seção no “Fórum”.

Paralela à carreira de advogado criminalista, ele exercia a carreira de professor de Português na Escola Estadual Mello Vianna, antiga Escola Normal Norte Mineira de Montes Claros, fundada em 1915, conforme relata Coutinho (1996). Foi, também, diretor administrativo do Ginásio Municipal de Montes Claros, entre 1940 e 1949. A vida intelectual de Dr. Alfredo de Souza Coutinho foi sempre ligada às questões educacionais.

Sobre seu trabalho como educador, o professor Antônio Franco Henriques, conhecido por Tânius Franco, citado Coutinho (1996), publicou no jornal Estado de Minas, em 23 de outubro de 1941, um artigo intitulado, “Educador Eminente”. Esse artigo mostra, em nosso entendimento, o compromisso que Dr. Alfredo tinha com a educação. O trecho em destaque representa isso: “O Dr. Coutinho é a diplomacia personificada em todos os seus modos, gestos e atos. Desperta amor e respeito. Conhece a fundo a arte de educar” (TÂNIOUS FRANCO *in* COUTINHO, 1996, p. 113). O fragmento destacado permite-nos entender o comprometimento que o Dr. Coutinho, como será chamado daqui por diante, teve com a educação. E para completar o que disse anteriormente, Tânius Franco afirma que

Dr. Coutinho como educador de profundo senso pedagógico, grande conhecedor da pedagogia educacional e incansável observador dos fenômenos psicológicos aplicados à pedagogia, é um tipo ideal de mestre da juventude em sua formação moral e intelectual (TÂNIOUS FRANCO *in* COUTINHO, 1996, p. 113).

O recorte representa o intelectual que o Dr. Coutinho foi com relação ao trabalho de educador realizado ao longo de sua vida até se aposentar como professor de História Geral, em 1953, do Curso Ginásial da Escola Normal Oficial de Itaúna (MG). Entretanto, sem deixar de lado suas outras duas grandes paixões, o Direito e a Política, Dr. Coutinho também carregava consigo a herança política de sua mãe, D. Júlia de Freitas Guimarães Coutinho, filha adotiva de Dr. Cornélio Vaz de Mello, prefeito de Belo Horizonte entre 1914 e 1918.

### **3 Dr. Coutinho e o movimento educacional**

O processo histórico que estamos abordando neste artigo, a chamada Primeira República, foi um momento de solidificar alguns preceitos de uma educação mais popular e menos elitista, formulada no Período Imperial (PILETTI e PILETTI, 2008). Porém, esse projeto de educação, mesmo passando por várias reformas, só em 1928, com Fernando de Azevedo, conseguiu propor ensino para “quantos pudessem frequentá-lo” (PILETTI e PILETTI, 2008, p. 170). Toda a efervescência do período “pedia” professores atentos aos novos “modos de ensinar e novos currículos” (PILETTI e PILETTI, 2008, p. 170). Assim, depois da leitura de Célia Nascimento Coutinho, mencionando Tânius Franco, percebemos uma descrição do Dr. Coutinho como sendo “uma figura típica do educador perfeito e podemos também dizer que ele é um dos expoentes máximos da cultura pedagógica de Minas” (COUTINHO, 1996, p. 114), o que nos faz concluir que, como professor, o Dr. Coutinho foi, na segunda década do século XX, o intelectual que a educação comprometida com as reformas educacionais demandava, haja vista que a República Brasileira, até a segunda década do século XX, andava vagarosamente.

O Brasil do início da República era um país eminentemente rural (60% da população), recém-saído de um longo período de escravidão (mais de três séculos até a abolição da escravatura em 1888), com taxas de analfabetismo da ordem de 75% da população. Um quadro de analfabetismo era homogêneo com índices muito próximos de norte a sul do país, com exceção do Distrito Federal (Rio de Janeiro), cuja taxa rondava os 45%. Nos demais estados da federação prevalecia a indicação do quanto faltava de investimento público em educação, uma área considerada estratégica ao desenvolvimento e ao cumprimento de ideais republicanos [...] Embora majoritariamente rural, o Brasil já tomava contato com a aceleração urbana, e, simultaneamente, com a precariedade do investimento em educação [...] Estes são, à altura, pontos fortes quando nos deparamos com as justificativas de reformas e de investimento em educação. Mas a precariedade atingia também a saúde. Saúde e educação formaram o binômio da Primeira República e motivaram o debate nacional que teve na década de 1920 seu apogeu. (BOMENY, 2017, p. 47).

Pela análise de Bomeny (2017), o analfabetismo era um dos principais problemas que a república enfrentava, além da saúde pública e das novas exigências da pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Para os intelectuais da época, era necessário fazer mudanças urgentes e melhorar o conhecimento do povo brasileiro. De acordo com eles, era preciso reformar a educação, conhecer a escola, professores e alunos. Mas, quem eram esses intelectuais para querer mudar socialmente essa República? Que conceitos podem defini-los? Que propostas traziam sobre as mudanças educacionais? O Dr. Coutinho encaixaria nesse contexto?

No nosso entendimento, eram cidadãos que conheciam, em parte, a educação interna e externa, os problemas sociais exigiam um caminho que, sem dúvida, melhoraria o desempenho do país frente a outras nações do mundo. Chamamos nesse texto, de movimento reformista, por tratar de mudanças que se operam lentamente e eram imperceptíveis ao olhar popular. Reformar a educação traz como significado algo que nos permite operacionalizar “conhecimentos” que estavam nos currículos escolares, desde a implantação da República, em 1889, mas para apenas uma parcela da sociedade, a elite econômica — agrária e manufatureira.

O verbo reformar pode significar, entre outras coisas, “reconstruir, emendar, corrigir, restaurar, dar ou conceder forma, mudar, alterar, regenerar, obter reforma, reformar” (FERREIRA, 2002, p. 591). Como nos afirma Ferreira (2002), para nós, a reforma educacional englobava todos os significados posto pela Língua Portuguesa. Mudar a educação traria para a sociedade daquele momento uma perspectiva de leitura que a população não tinha acesso, tampouco conhecimento para entender as mudanças educacionais, sócio-políticas e econômicas.

Entretanto, para fazer mudanças educacionais, era preciso estar atento aos acontecimentos nacionais e internacionais engajados nessa causa. No Brasil, nas décadas de 1920-1930, havia um grande grupo de homens que estavam nessa caminhada e desejavam essas reformas, entre os quais estavam Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. O movimento liderado por eles ficou conhecido como “escola novista” (MORAES, 2007).

Esse movimento, por certo, apesar de estar no circuito São Paulo – Rio de Janeiro, chegou a diversas partes do Brasil e chamou a atenção de quem desejava mudar a sociedade pela educação. Nesse grupo, podemos incluir, certamente, Dr. Alfredo de Souza Coutinho, que foi um intelectual como poucos ao pensar a educação como forma de libertação social. Nesse sentido, o grande intelectual Norberto Bobbio nos adverte que

os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideais, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante uso da palavra. (BOBBIO, 1997, p. 11).

Diante dos ensinamentos de Bobbio (1997), entendemos que Dr. Coutinho era esse intelectual que procurou, desde a formação acadêmica, controlar ideologicamente a sociedade, a começar pelo curso que escolheu: a advocacia. Dotado de uma boa oratória, defendeu não só seus clientes, mas a sociedade, num momento em que decidiu entrar para a docência e lutar pelas causas educacionais em um tempo de muitas mudanças internas e externas, no período do entre guerras. Dessa forma, pensamos que “o principal meio do poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de ideias por meio da palavra, e com a palavra, agora e sempre mais” (BOBBIO, 1997, p. 12).

Apesar de sabermos que reforma é um verbo polissêmico, nessa escrita ele traz como significado mudar, pois, desde a instalação das primeiras instituições educacionais, no início do século XIX, até 1932, a educação atendia uma parcela ínfima da população e, mesmo assim, era considerada precária pelos estudiosos da época — historiadores, educadores, pedagogos e filósofos — como os “Cardeais da Educação Nova”, citados anteriormente.

Mas, mudar a educação era, para a época, um sonho quase impossível, dadas às circunstâncias vividas pela sociedade brasileira do momento — 1932. Mas, apesar do distanciamento entre os homens das letras — elite urbana rural e agrária —, a burguesia manufatureira e convencional e os gestores políticos, havia dentre esses, os intelectuais desejosos de mudar os rumos do país. Para esses homens e mulheres, as mudanças teriam ou deveriam começar necessariamente pela educação, pois 75% da população era analfabeta e 60% estava, ainda, meio rural, conforme pontua Bomeny (2014).

Esse pensamento também circulava fora do circuito Rio – São Paulo. Em Montes Claros, Norte de Minas Gerais, havia uma elite letrada que, conforme consta na documentação, desejava mudar a cidade começando pela educação, pois, para seu crescimento e desenvolvimento econômico, era necessário construir uma sociedade de cidadãos conscientes de direitos e deveres para fazer frente às demandas político-sociais exigidas no pós Primeira Guerra e crise de 1929, nos Estados Unidos. Munir o povo de conhecimentos era torná-los aptos à participação político-social.

Entretanto, Dr. Coutinho foi um intelectual além das reformas educacionais, pois, como cidadão, era um homem engajado nas causas sociais. Ou seja, ele era um político que participava ativamente de questões relacionadas à sociedade. Sua vida política começou de forma imperceptível que, nas palavras de Rémond (1996, p. 444) é “a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”. Um poder exercido de forma gradual, em várias instâncias e instituições que diretamente organizavam e interferiam na vida dos moradores de Montes Claros, e com amigos pessoais como o farmacêutico Antônio Augusto Teixeira; e, em relação às instituições, destacamos o 1º Rotary Club de Montes Claros, o terceiro a ser criado do Brasil (COUTINHO, 1996).

#### **4 Dr. Coutinho e a política**

A partir de então, a política passou a fazer parte do cotidiano do Dr. Coutinho. E foi nomeado para ser membro do Conselho Escolar do Município de Montes Claros pelo então governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, conforme matéria do jornal *Gazeta do Norte*. Assim, sucessivamente, passou a estar sempre em cargos que demandavam eleições ou nomeações políticas. Em 1927, foi eleito vereador para o mandato de 1927 a 1930 e ocupou, conforme destaca Vianna (2007), a convite de Antônio Augusto Teixeira, o cargo de secretário.

Dessa forma, a política tornou-se uma atividade constante para Dr. Coutinho. As atividades realizadas por ele, dentre outras, vão desde a criação do Núcleo de Escoteiros e Bandeirantes em Montes Claros, onde exerceu o cargo de Presidente do Conselho Superior da entidade, a presidente da Câmara, em 1928, conforme matéria do jornal *Gazeta do Norte*, na edição de 8 de setembro de 1928. O cronista Nelson Vianna destaca que

em 1928, o Dr. Pedro Augusto Velloso foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros e Agente Executivo, exercendo estes cargos até a noite de 4 de setembro do referido ano, quando a casa da Câmara foi ocupada militarmente pelo então Ten. Octávio Diniz, com a finalidade de aqueles postos serem assumidos pelo Dr. Alfredo de Souza Coutinho, o que de fato se verificou. (VIANNA, 2007, p. 53)

A escrita desse autor não suscita dúvidas de que, na eleição para Presidente da Câmara e Agente do Executivo, haviam cometido irregularidades. A ocupação militar na Câmara era prova cabal dos fatos. A memorialista Célia Nascimento Coutinho, com base no livro de Hermes Augusto de Paula — *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes* — nos adverte que “em fins de 1926 o Partido Camilista elegeu o presidente da Câmara o Dr. José Corrêa

Machado, cuja eleição deixou de obedecer a certas exigências legais, permitindo aos adversários impetrarem recursos” (COUTINHO, 1996. p. 75). Essa advertência corrobora o que escreveu Vianna (2007).

Toda documentação analisada sobre a política em Montes Claros, na chamada Primeira República, se desenvolveu com base no voto de cabresto e na violência impetrada pelos grupos adversários: Camilistas (conservadores) × Honoratistas (liberais).

Dessa forma, cometer irregularidades eleitorais no período analisado (1926-1931) colocava os grupos sempre em “pé-de-guerra”. O grupo vencedor de qualquer tipo de eleição tratava imediatamente de atacar o grupo adversário. A política em Montes Claros se fazia na base da violência física e verbal. O edital publicado pelo jornal Gazeta do Norte, na edição de 8 de setembro de 1928 é a essência das divergências políticas. A matéria desse jornal destaca:

Câmara Municipal de Montes Claros em sessão de 4 deste mês, dando cumprimento ao que se prescreve o artigo 3º da lei número 396, de 1904 e em virtude reconhecimento e posse do referido Cel. Philomeno Ribeiro dos Santos, fez nova eleição do seu presidente e do vice-presidente, sendo respectivamente eleitos os srs. Alfredo de Souza Coutinho e Marciano Alves Maurício que tomaram posse e assumiram os seus cargos, na reforma do referido acordão. Para devidos efeitos, públicos este edital para que todos os interessandos fiquem cientes. Montes Claros, 05/09/1928. Assinado: Oficial da secretaria, Leolino de Andrade Câmara. (GAZETA DO NORTE, 8 set. 1928, p. 1)

O discurso presente no edital é bem claro quanto ao clima hostil na política local. Conforme nos adverte Foucault (1996, p. 10), “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. As palavras de Foucault nos permitem afirmar que Dr. Coutinho vivia nos meandros da política os entraves comuns a esse tipo de participação.

Entretanto, apesar de toda a rivalidade existente entre os grupos adversários, conforme a historiografia local, a cidade desenvolvia e crescia dentro do que conhecemos hoje como cidade de porte médio. Montes Claros saía da concepção de cidade pequena, sem pavimentação, com forte dependência do campo e passa por um processo de pavimentação de espaços de trânsito de pessoas, “ordenação” de códigos de comportamento e de postura, enfim, uma cidade mais distante do campo e autossuficiente.

Situada dentro dessa caracterização, Montes Claros desenvolveu, entre 1928 a 1931, vertiginosamente como os grandes centros urbanos brasileiros, governada pelo Dr.

Coutinho, conforme destacam as atas da Câmara Municipal, inúmeros serviços e leis foram aprovados para a cidade crescer e progredir.

O Quadro 1 ilustra algumas leis e serviços aprovados e sancionados durante o mandato do Dr. Coutinho — 1928-1931.

Quadro 1: Ações Político-sociais

Leis	Data	Serviços
Leis n.º 665 e 666	22/12/1928	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Lojas no mercado público</li> <li>– Limpeza pública</li> </ul>
Leis n.º 667 e 668	26/12/1928	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Abertura de ruas e fechamento de becos</li> <li>– Desapropriação por utilidade pública.</li> <li>– Construção de pontes sobre o Rio Canabrava (Estrada de São João da Ponte - Boa Vista)</li> </ul>
Leis n.º 670, 672, 674, 676, 677 e 678	28/12/1928	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Isenção de impostos municipais por três anos, de forma individual que no exercício de 29 aqui instalar maquinismo para madeiras de construção</li> <li>– Construção de matadouro municipal e açougues</li> <li>– Novo regulamento para serviço de veículos no município, exigindo habitação e licença dos seus</li> <li>– Autorização para contrair com o Estado de Minas Gerais um empréstimo de 700\$000 a 1.000\$000, para conclusão ou obras de capacitação de água do Rio Pacuhy e rede de distribuição de água e esgotos na cidade</li> <li>– Autorização para despender pela verba “obras públicas” do orçamento de 1929, a quantia de 1.9554000 para terraplanagem e encascalhamento da praça Cel. Costa e Rua Rui Barbosa até o cruzamento desta com a Rua Lafaete</li> <li>– Incorporação à rede geral de iluminação Lafetá pública da cidade as instalações feitas no bairro da Malhada</li> </ul>
Lei n.º 652	29/12/1928	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Convocação dos sorteados para serviço militar e incorporação do 10º Regimento da Infantaria e Quartel de Belo Horizonte</li> </ul>
Lei n.º 679 e 680	16/01/1929	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reorganização da legislação sobre construção e demolição de prédios</li> <li>– Autorização do contrato de fornecimento de carne verde à cidade mediante concorrência pública</li> </ul>

Lei nº 421	22/01/1929	– Criação do novo regulamento para o serviço de veículos no município
Lei n.º 422	28/01/1929	– Criação da data da eleição para o cargo de juiz de Paz para o dia 22/04/1929

Fonte: Coutinho (1996. p. 77-80)

As leis aprovadas e sancionadas entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929 possibilitam afirmar, a grosso modo, que essas tinham como objetivo colocar uma legalidade no município de Montes Claros e dar à cidade um caráter desenvolvimentista.

Passado esse momento de ordenação, verificamos que o presidente Dr. Alfredo Coutinho voltou suas preocupações para a segurança pública com a fundação do Tiro de Guerra de Montes Claros, em uma sessão da Câmara Municipal de 8 de maio de 1929 em que expôs o motivo da referida fundação e teve aprovação dos vereadores presentes, inclusive o elegendo para primeiro presidente.

A partir da criação do Tiro de Guerra, volta suas preocupações basicamente para o setor educacional. As leis aprovadas e sancionadas nos dão esse entendimento, conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2: Ações Educacionais

Leis	Data	Recursos para Educação
Lei nº 417 e 418	16/01/1929	– Transfere a Escola Municipal da Ponte do Simeão, subúrbio desta cidade, para o bairro das Gameleiras. – Cria escola rural mista no lugar denominado Boi de Carro.
Lei n.º 683	01/10/1929	– Cria duas escolas noturnas, no distrito de Morrinhos e Bela Vista, deste município. – Autoriza o pagamento de 885\$500 para instalação do gabinete de Ciências Físicas e Naturais e instalação sanitária na Escola Normal Oficial desta cidade. – Concede auxílio às obras no Grupo Escolar de Mato Verde.
Lei n.º 699	02/10/1929	– Constrói a escola pública estadual no povoado de Ribeirão, distrito de Juramento.
Lei n.º 700	03/10/1929	– Cria escola noturna para adultos no distrito de Juramento.

Fonte: Coutinho (1996. p. 77-80)

Ainda durante o ano de 1929, aprovou e sancionou outras leis que ajudaram a desenvolver a cidade, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Desenvolvimento Urbano e Rural

Leis	Data	Serviço
Lei n.º 685	22/05/1929	– Constrói um cemitério público no povoado de Patys, distrito de Bela Vista.
Lei n.º 692	01/10/1929	– Concede respectivamente auxílio à União Operária Patriótica, ponte provisória no Rio Verde (na estrada para Brejo das Almas) e para construção de um rancho de tropas no povoado de Veados distrito de Morrinhos.
Lei n.º 696 e 698	02/10/1929	– Realiza a iluminação pública de Bela Vista. – Reforma o regimento tributário do município.

Fonte: Coutinho (1996, p. 77-80)

Nos Quadros 1, 2 e 3, as datas referem-se ao período de 22 de dezembro de 1928 a 03 de outubro de 1929. A partir da referida data até o último mês do ano de 1929, não foi encontrada documentação, até a presente data, que informe sobre leis sancionadas.

Entretanto, vale lembrar que o ano de 1930 foi, para Dr. Coutinho, um período de muitas contribuições políticas, conforme destaca Porto (2014), período representado pela imprensa como recredenciamento político entre os grupos que lideravam a política local: Aliança Liberal × Concentração Conservadora. Os ânimos políticos só foram restabelecidos no ano de 1931, quando o Dr. Coutinho, o último presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo (VIANNA, 2007) deu posse ao engenheiro Orlando Ferreira Pinto, nomeado pelo ato do governador interino do Estado, Olegário Maciel, no dia 7 de janeiro de 1931 (COUTINHO, 1996), tornando assim, o primeiro prefeito do Município de Montes Claros, após a instituição do regime prefeituras.

Após presidir a posse do prefeito Pinto Orlando, o Dr. Coutinho continuou seu trabalho como advogado criminalista, mas, sobretudo, o trabalho de professor, tornando-se, no ano de 1940, o diretor do Ginásio Municipal de Montes Claros. Assim, entendemos que o Dr. Coutinho jamais deixou de ser o intelectual, o homem que, segundo Antônio Franco Henriques foi “modelo do príncipe da pedagogia cristã, exemplo completo, porque, se a ciência afasta da fé é falha, também, a pedagogia sem base religiosa é nula”, conforme matéria do jornal Estado de Minas, edição de 23 de outubro de 1941.

Analisando por esse viés, nota-se que o Dr. Coutinho foi, sem sombra de dúvida, um intelectual que usou seu conhecimento para defender, fazer política e, acima de tudo, trabalhar para a liberdade do homem. Foi, como afirma Antônio Franco Henriques, “na diplomacia personificada em todos os seus modos, gestos e atos” conforme matéria do jornal Estado de Minas, edição de 23 de outubro de 1941. Enfim, foi um homem de formação moral e intelectual.

## Referências

- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura, na sociedade contemporânea*. São Paulo: EdUNESP, 1997.
- BOMENY, Helena. Educação e Brasil na Primeira República. In: MOURA, Alda; GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 319-320.
- COUTINHO, Célia Nascimento. *Os Coutinhos: tradição, percursos, ramificações, permanências*. Belo Horizonte: Lutador, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 1996.
- ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, edição de 23 out. 1941.
- GAZETA DO NORTE, Montes Claros, ano VII, n. 244, 21 fev. 1925.
- GAZETA DO NORTE, Montes Claros, ano IX, n. 457, 15 mar. 1927.
- GAZETA DO NORTE, Montes Claros, ano X, n. 3, maio de 1928.
- GAZETA DO NORTE, Montes Claros, ano X, n. 3, 8 ago. 1928.
- LEGOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MORAES, José Damiro de. *Signatários do Manifesto de 1932: trajetórias e dilemas*. 2007. 394f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Parte I. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.
- PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2008.
- PORTO, César Henrique de Queiroz. *Patriarcalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. 2002. 176f. Dissertação (Mestrado em História)

– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

RÉMOND, Réne. (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montes-clarenses*. Parte I. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.